



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 567258 - DF (2020/0069949-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : RICARDO RUIVO MOREIRA DE OLIVEIRA - DF009684
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS
PACIENTE : L M DE A
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

EMENTA

HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. NÃO INCIDÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA. DELITO QUE, APESAR DE COMETIDO NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DOMÉSTICAS E FAMILIARES, TEM COMO MOTIVAÇÃO O FATO DE A VÍTIMA SER CRIANÇA E NÃO A HIPOSSUFICIÊNCIA EM RAZÃO DO GÊNERO DESTA. COMPETÊNCIA DA VARA CRIMINAL. PRECEDENTES. ORDEM CONCEDIDA. CONFIRMADA A LIMINAR.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de L. M. DE A. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, proferido nos autos do Recurso em Sentido Estrito n.º 2018.02.1.001811-8.

Consta nos autos que o Paciente é investigado pela suposta prática do crime do art. 217-A do Código Penal – estupro da sobrinha, de 9 (nove) anos de idade.

O Juiz do Juizado Especial Cível e Criminal e Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Brazlândia/DF deferiu a produção antecipada de provas às fls. 42-44. Já às fls. 46-47, declinou da competência e determinou a remessa dos autos a uma das Varas Criminais da Circunscrição Judiciária de Brazlândia/DF.

Irresignado, o Ministério Público estadual interpôs recurso em sentido estrito, que foi provido para "*determinar o prosseguimento do feito no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Brazlândia, com aplicação da Lei Maria da Penha*" (fl. 120).

Neste *writ*, a Defesa sustenta que, "*além de não haver qualquer motivação de gênero ou situação de vulnerabilidade que caracterize situação açambarcada pela Lei 11.340/2006, enquanto não forem criadas as varas de crimes contra criança e adolescente, a regra de competência prevista no artigo 23, parágrafo único, da Lei 13.431/17 não deve ser definida em favor dos juizados de violência doméstica e familiar*" (fl. 10).

Requer, liminarmente, seja determinado o sobrestamento do feito que tramita

perante o Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Brasília/DF. No mérito, pleiteia a concessão da ordem para "*afastar a aplicação da Lei Maria da Penha e declarar a competência de uma das Varas Criminais de Brasília-DF para julgar o feito originário*" (fl. 11).

O pedido liminar foi deferido, em extensão diversa da postulada, para declarar a competência de uma das Varas Criminais de Brasília/DF para processar e julgar o feito originário (fls. 127/128).

As informações foram dispensadas, pois devidamente instruídos os autos.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do writ, "*mas pela concessão da ordem de ofício, confirmando-se a liminar, para que seja declarada a competência de uma das Varas Criminais de Brasília/DF*" (fl. 138).

É o relatório. Decido.

No caso, o Tribunal de origem, ao declarar a competência do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, asseverou que o crime teria sido praticado "*contra uma criança, menor de idade, pelo seu tio que mora no mesmo lote residencial. Portanto, o crime, em tese imputado ao recorrido, foi praticado em contexto de violência doméstica, conforme estabelece o artigo 5º, da Lei n. 11.340/2006*" (fl. 113).

Como se vê, a Corte *a quo* adotou entendimento que diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, fixada no sentido de que "*o fato de a vítima ser do sexo feminino não foi determinante para a caracterização do crime de estupro de vulnerável, mas sim a **tenra idade da ofendida**, que residia sobre o mesmo teto do agravante, que com ela manteve relações sexuais consentidas, motivo pelo qual não há que se falar em competência do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*" (AgRg no AREsp 1020280/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 31/08/2018; sem grifos no original).

Com efeito, o motivo do crime é o fato de a Vítima ser criança e não a hipossuficiência em razão do gênero feminino desta, razão pela qual não se aplicam os comandos normativos contidos na Lei n.º 11.340/2006.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. VÍTIMA MENINA DE 4 ANOS. COMPETÊNCIA. VARA CRIMINAL. PREVALÊNCIA DA CONDIÇÃO DE CRIANÇA. MOTIVAÇÃO DA CONDUTA. PRECEDENTE.

1. Caso em que se apura a prática de crime de estupro de vulnerável, em tese praticado por genitor contra filha de 4 anos de idade. Assim, ainda que fosse o caso de violência doméstica, deve prevalecer, para fins de fixação de competência, a condição de criança da vítima, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

2. Ademais, por outra senda, esta Corte já decidiu que, 'verifica-se que o fato de a vítima ser do sexo feminino não foi determinante para a prática do crime de estupro de vulnerável pelo paciente, mas sim a idade da ofendida e a sua fragilidade perante o agressor, seu próprio pai, motivo pelo qual não há

que se falar em competência do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher' (HC n. 344.369/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 19/5/2016, DJe 25/5/2016).

3. *Agravo regimental desprovido.*" (AgRg no REsp 1.490.974/RJ, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 02/09/2019; sem grifos no original.)

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AMEAÇA. LESÃO CORPORAL. APLICAÇÃO DA LEI N. 11.340/06. AUSÊNCIA DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO.

I - A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça orienta-se no sentido de que, para que a competência dos Juizados Especiais de Violência Doméstica seja firmada, não basta que o crime seja praticado contra mulher no âmbito doméstico ou familiar, exigindo-se que a motivação do acusado seja de gênero, ou que a vulnerabilidade da ofendida seja decorrente da sua condição de mulher.

II - No caso dos autos, embora o crime esteja sendo praticado no âmbito das relações domésticas, familiares e de coabitação, o certo é que, em momento algum, restou demonstrado que teria sido motivado por questões de gênero, ou mesmo que a vítima estaria em situação de vulnerabilidade por ser do sexo feminino.

Agravo regimental desprovido."

(AgRg no REsp 1842913/GO, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 03/12/2019, DJe 19/12/2019; sem grifos no original.)

Ante o exposto, CONCEDO a ordem de *habeas corpus* para, confirmando a liminar, declarar a competência de uma das Varas Criminais de Brazlândia/DF para processar e julgar o feito originário (autos n.º 2018.02.1.001811-8).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora